

CONSELHO DIRETOR
UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO



Ata da 960ª

Sessão de 16/09/2014

1 960^a Sessão do Conselho Universitário. Ata. Aos dezesseis dias do mês de
2 setembro de dois mil e quatorze, às quatorze horas e trinta minutos, reúne-se o
3 Conselho Universitário, no Auditório do IPEN – Instituto de Pesquisas Energéticas e
4 Nucleares, na Cidade Universitária “Armando de Salles Oliveira”, sob a presidência
5 do Magnífico Reitor, Prof. Dr. Marco Antonio Zago e com o comparecimento dos
6 seguintes Senhores Conselheiros: Vahan Agopyan, Adalberto Américo Fischmann,
7 Adalberto Fazzio, Alexandre Nolasco de Carvalho, Aluísio Augusto Cotrim Segurado,
8 Janina Onuki, Ana Lúcia Duarte Lanna, Belmiro Mendes de Castro Filho, André
9 Carlos Ponce de Leon F. de Carvalho, André Roberto Martin, Antonio Carlos
10 Hernandez, Antonio Carlos Teixeira Álvares, Antonio Marcos de Aguirra Massola,
11 Arlindo Philippi Junior, Belmira Amélia de Barros Oliveira Bueno, Bernadette Dora
12 Gombossy de Melo Franco, Bruno Sperb Rocha, Carlos Alberto Ferreira Martins,
13 Welington Braz Carvalho Delitti, Carlos Eduardo Garisto de Nicola, Carlos Eduardo
14 Negrão, Hélio Cesar Salgado, Clodoaldo Grotta Ragazzo, Rafael Ganzerli Auad,
15 Dante Pinheiro Martinelli, Miriam Aparecida Barbosa Merighi, Douglas Emygdio de
16 Faria, Dulce Helena de Brito, Eduardo Henrique S. Monteiro, Eduvaldo Paulo
17 Sichieri, Eliezer Martins Diniz, Francisco Javier Hernandez Blazquez, Fábio Frezatti,
18 Fernando Brenha Ribeiro, Fátima Aparecida Emm Faleiros Sousa, Fernando Luis
19 Medina Mantelatto, Fernando Salvador Moreno, Ignacio Maria Poveda Velasco,
20 Frederico Pereira Brandini, Gabriela Soldera Ferro, Geraldo Roberto Martins da
21 Costa, Gerson Aparecido Yukio Tomanari, José Otávio Costa Auler Júnior, Rubens
22 Beçak, Vanessa Del Castillo Silva Couto, Hugo Ricardo Zschommler Sandim,
23 Jackson Cioni Bittencourt, Alfredo Goldman Vel Lejbman, João Bosco Nunes
24 Romeiro, João Guilherme Machado Ribas, Joaquim José de Camargo Engler,
25 Fernando José Benesi, José Arana Varela José Eduardo Krieger, José Luiz Borges
26 Andreoli, José Renato de Campos Araújo, José Roberto Castilho Piqueira, José
27 Rogério Cruz e Tucci, Marisa Aparecida Bismara Regitano D’Arce, Laerte Sodrê
28 Júnior, Lucas Antonio Moscato, Benedito Honório Machado, Luiz Henrique Catalani,
29 Luiz Silveira Menna Barreto, Marcela Silva Carbone, Maria Cristina da Silva Leme,
30 Marcos Domingos Siqueira Tavares, Marcos Nogueira Martins, Marcos Vinícius
31 Folegatti, Margarida Maria Krohling Kunsch, Maria Madalena Januário Leite, Maria
32 Aparecida de Andrade M. Machado, Moacyr Ayres Novaes Filho, Júlio Cerca Serrão,
33 Maria Cristina Motta de Toledo, Maria das Graças Bomfim de Carvalho, Maria Vitoria
34 Lopes Badra Bentley, Ivano Gebhardt Rolf Gutz, Neli Maria Paschoarelli Wada,

35 Fernando de Magalhães Papaterra Limongi, Paulo José do Amaral Sobral, João
36 Atílio Jorge, Paula Zugaib Destruti, Rodney Garcia Rocha, Rui Curi, Sérgio França
37 Adorno de Abreu, Sergio Mikio Kobayashi, Sérgio Persival Baroncini Proença,
38 Silvana Martins Mishima, Silvio Roberto Farias Vlach, Alexandre Souto Martinez,
39 Augusto César Cropanese Spadaro, Terezinha de Jesus Andreoli Pinto, Tito José
40 Bonagamba, Umberto Celli Junior, Paulo Roberto dos Santos, Léa Assed Bezerra da
41 Silva, Victor Wünsch Filho e Waldyr Antônio Jorge. Presente, também, o Prof. Dr.
42 Ignacio Maria Poveda Velasco, Secretário Geral. Justificaram antecipadamente suas
43 ausências, sendo substituídos por seus respectivos suplentes, os Conselheiros:
44 Amâncio Jorge S. Nunes de Oliveira, Ana Maria Setubal Pires Vanin, Carlos
45 Eduardo Falavigna da Rocha, Carlos Gilberto Carlotti Júnior, Daniel Barreto Junior,
46 Diná de Almeida Lopes Monteiro da Cruz, Enrico Lippi Ortolani, Fábio Luiz Teixeira
47 Gonçalves, Floriano Peixoto de Azevedo Marques Neto, Giovanni Guido Cerri,
48 Guilherme Adolfo dos Santos Mendes, Guilherme Luis Desiderio, Jefferson Antonio
49 Galves, José Antonio Visintin, José Vicente Caixeta Filho, Luiz Ernesto de Almeida
50 Troncon, Marcelo de Andrade Roméro, Maria Amélia de Campos Oliveira, Maria
51 Arminda do Nascimento Arruda, Maria Augusta Peduti Dal'Molin Kiss, Marisa Helena
52 Gennari de Medeiros, Oswaldo Baffa Filho, Pietro Ciancaglini, Raphael Gasparian
53 Chinchilla, Simone Rocha de Vasconcellos Hage, Suely Vilela, Valdecir de Assis
54 Janasi e Valdemar Mallet da Rocha Barros. Justificaram, ainda, suas ausências os
55 Conselheiros: Amanda Guerra de Moraes Rego Sousa, Antenor Cerello Júnior,
56 Camila de Moraes, Fábio de Salles Meirelles, Gabriel Luis Scheffer Regensteiner,
57 Germano Tremiliosi Filho, Luiz Fernando Pegoraro, Marcelo Ricardo Fernandes,
58 Martin Grossmann, Osvaldo Luiz Bezzon, Pedro Bohomoletz de Abreu Dallari,
59 Richard Charles Garratt, Roberto Gomes de Souza Berlinck, Sonia Maria Vanzella
60 Castellar, Vera Silva Facciolla Paiva e Miguel Trefaut Urbano Rodrigues. Havendo
61 número legal de Conselheiros, o Magnífico Reitor passa às suas comunicações. **M**
62 **Reitor:** “Está aberta a reunião do Conselho Universitário e como sempre a sessão
63 está sendo gravada, embora não possa ser transmitida, porque estamos fora da
64 nossa casa. Gostaria de iniciar esta sessão lendo um trecho do programa que o
65 Prof. Vahan e eu depositamos, quando do registro da nossa candidatura. O capítulo
66 se denomina 'Democratização e Autonomia Universitária'. 'A USP é uma Instituição
67 com objetivos específicos para formação, pesquisa, cultura e extensão em nível
68 superior. Para cumpri-los tem autonomia acadêmica e financeira, é dentro desse

69 quadro institucional que se pode e deve-se discutir a democratização da
70 Universidade. A democracia da Universidade não diz respeito apenas a escolha dos
71 dirigentes, pois se a estrutura interna de poder não for alterada, as decisões e a
72 condução dos trabalhos continuarão centralizadas. A atenção quase que exclusiva
73 sobre o processo sucessório resulta da concentração de poder que os principais
74 dirigentes têm nas condições atuais.' Isto era outubro ou novembro do ano passado.
75 Uma mudança da estrutura político administrativa da USP, com efetiva
76 descentralização das ações e decisões certamente fará a comunidade se preocupar
77 mais com as atividades e menos com aqueles que as estão conduzindo. A
78 concentração de poder na Reitoria e na singularidade da pessoa do Reitor é uma
79 questão política. Dela deriva a sensação de inutilidade daqueles que, o dever de
80 ofício, participam dos Conselhos, especialmente das reuniões do Conselho
81 Universitário, resultando na distância sentida pela grande maioria dos membros da
82 USP em relação às decisões que afetam a sua vida acadêmica. Esta concentração
83 demasiada de poder sob aparência de unidade produz desagregação e atua como
84 força centrífuga. Desta forma, o ponto mais significativo da reforma do poder é
85 mudar a maneira como são tomadas as decisões, fazendo com que o Conselho
86 Universitário, as Congregações e os Conselhos Centrais tenham uma participação
87 mais relevante na vida da Universidade. Da mesma forma é preciso recompor a
88 relação entre a Reitoria e as Unidades de Ensino e Pesquisa, Institutos e Museus,
89 de forma que compartilhem as decisões executivas. A autonomia financeira das três
90 Universidades Estaduais Paulistas foi um grande passo, mas sua preservação exige
91 atenção, o primeiro requisito é a necessidade de manter o equilíbrio financeiro, que
92 exige uma participação do Conselho Universitário e das Unidades, com maior
93 transparência nas decisões sobre o uso dos recursos. As decisões sobre
94 investimento da Universidade tem que ser mais participativas, não se limitando ao
95 encaminhamento formal da votação do Orçamento no Conselho Universitário,
96 procurando maximizar os resultados obtidos com os recursos públicos que recebe.'
97 Isso era trecho do nosso programa e que todos perceberão a atualidade de tudo que
98 dizíamos naquele momento. Assim, esta reunião de hoje dá continuidade ao
99 processo de reforma da Universidade, o tópico central da nossa proposta.
100 Obviamente, o Prof. Vahan e eu gostaríamos que todo o processo de reforma
101 iniciado logo que assumimos caminhasse de maneira mais rápida, no entanto, as
102 discussões e negociações para fazer concretizar a reforma estão paradas, mas

103 mesmo na ausência deste processo formal a reforma da Universidade está
104 progredindo, a reunião de hoje é prova disso. A participação ativa do Conselho na
105 definição da política salarial da USP atende a um dispositivo do nosso Regimento,
106 não foi preciso mudar nossa legislação. Como venho dizendo, para além da reforma
107 dos textos legais, há que aplica-los para reformar o comportamento de todos nós. E
108 disso queixava-se a Universidade. O afastamento das decisões relevantes do
109 Conselho e outros órgãos formais da hierarquia universitária, formalmente
110 constituídos e investidos de legalidade e representatividade. Esta lógica
111 desapareceu. Hoje, na sétima reunião do Conselho Universitário deste ano, estamos
112 mais uma vez tratando de assuntos da substância da vida universitária. Devo
113 lembrar que foi este Conselho, na sua reunião de 2 de setembro p.p., que aprovou a
114 proposta de oferecer um reajuste de 5,2%, dividido em duas parcelas. Essa proposta
115 foi encampada pelo CRUESP na reunião de 3 de setembro e aceita nas
116 negociações do TRT. Naquela reunião do CRUESP, o pedido dos Sindicatos de
117 antecipação dos reajustes foi aceito pelo CRUESP, incluindo o Reitor da USP, que
118 tendo consultado o Presidente da COP, autorizou que se aceitasse a proposta, e
119 confio que o Co homologue minha decisão, que tinha um cunho conciliatório. Outro
120 aspecto a ser considerado é o saldo positivo das conciliações no âmbito do TRT -
121 Tribunal Regional do Trabalho. Foi a partir de uma iniciativa da USP que se
122 iniciaram, de fato, as negociações diretas entre a USP e o Sindicato. Apesar do
123 que se propaga amplamente, até aquele momento, o Sindicato dos Trabalhadores
124 negava-se, sistematicamente, a manter qualquer contato com a Reitoria, no que diz
125 respeito às questões da greve. Comportamento diverso daquele que vinha sendo
126 observado nas duas outras universidades paulistas. Assim, questões concretas
127 como índice de reajuste, abono e a necessária reposição dos dias não trabalhados
128 começaram a ser efetivamente negociados. No âmbito das negociações no TRT,
129 surge a proposta de conceder um abono de 28,6% para os servidores não-docentes.
130 Levada ao CRUESP, essa proposta não foi reconhecida como item a ser tratado
131 entre o CRUESP e o Fórum das Seis, mas sim a ser negociada dentro de cada
132 Universidade, tendo em vista as peculiaridades de cada uma. Assim, mantendo a
133 nossa linha de ouvir o Conselho Universitário para decisões que envolvam o
134 comprometimento de recursos vultuosos, essa proposta vem hoje para avaliação,
135 manifestação e votação do Conselho Universitário, em conformidade com o Artigo
136 11, inciso III, do Regimento Geral da Universidade de São Paulo. Boa reunião a

137 todos, e como se trata de uma reunião extraordinária, na qual não haverá
138 expediente, passamos à ordem do dia, que tem dois itens. Começamos pelo item
139 número 1.” **ITEM I – Homologação da decisão do Magnífico Reitor de antecipar,**
140 **para os meses de setembro e dezembro, os ajustes salariais para servidores**
141 **técnicos e administrativos e docentes aprovados pelo Conselho Universitário**
142 **em sua última sessão. Cons. Adalberto Américo Fischmann:** “Tivemos, na COP,
143 algumas reuniões para tomar essas duas decisões, fazer esses dois pareceres. Vou
144 me referir ao primeiro parecer, que diz respeito ao item I da pauta de hoje, que é a
145 homologação da decisão do M. Reitor em antecipar para os meses de setembro e
146 dezembro os ajustes salariais para os servidores técnico e administrativos e
147 docentes, aprovados pelo Conselho Universitário, em última sessão. Então, o
148 parecer da COP é o seguinte. ‘A COP, em reunião realizada hoje, 16 de setembro
149 de 2014, referendou a utilização dos recursos adicionais necessários para viabilizar
150 a decisão de antecipação dos reajustes, no valor de R\$ 15,3 milhões e propõe a sua
151 homologação, ressaltando a necessidade de medidas compensatórias adicionais.
152 São Paulo, 16 de setembro de 2014, assinado pelo nosso secretário geral, Professor
153 Ignacio Maria Poveda Velasco.’” **Cons. Neli Maria Paschoarelli Wada:** “É
154 lamentável e até me sinto constrangida e, antes de falar, vou pedir desculpas ao
155 senhor porque aqui me sinto na condição de uma pobre servidora e devo, inclusive,
156 respeito ao senhor. Mas, não posso me calar. O senhor falta com a verdade quando
157 diz que o Sindicato, no início da greve, não quis negociar. Pediria a sua secretária -
158 e posso provar isso a toda comunidade - os inúmeros *e-mails* que esta que vos fala
159 dirigiu ao senhor, pedindo para abrir negociações. *E-mails* esses que, às vezes,
160 sentia-me até meio ridícula, pedindo para o senhor, quase implorando, a
161 necessidade de partirmos para o diálogo. Tenho todos esses *e-mails*. E nunca
162 recebi uma resposta de volta do senhor. Então, acho que o senhor está faltando com
163 a verdade quando diz que nunca quisemos o diálogo. Tivemos, no início do ano,
164 uma reunião com o senhor, e eu, insistentemente, falei que gostaríamos de ter uma
165 reunião com o senhor para discutirmos os Hospitais Universitários e o senhor
166 prometeu que faria. Confesso que acreditei nas suas palavras. E disse, inclusive,
167 aos meus companheiros do Sindicato: ‘este Reitor será diferente, este Reitor é
168 médico, é mais sensível, é mais humano e tenho certeza que, em breve, nos
169 chamará para discutirmos os Hospitais Universitários’. Pois bem, Professor, estou
170 esperando até hoje. E decepcionada, porque na primeira reunião, quando o conheci,

171 acreditei no senhor. Portanto, não é verdade que nós não quisemos o diálogo. O
172 Professor Vahan me ligou um dia (sua secretária), pediu para a secretária dele ligar
173 para o companheiro Magno e nos chamaram para uma reunião. Não deu nem 3
174 horas, tinha uma comissão dialogando com o Professor Vahan. E saíram daquela
175 reunião dizendo 'queremos continuar esse diálogo', e provamos isso para o senhor.
176 Tanto é que hoje, aí está a Professora Maria Paula, já estamos indo para a terceira
177 reunião, dialogando. Então, faltou da sua parte sensibilidade, a ponto de levar a
178 greve para a justiça, e é por isso que não abrimos mão da decisão do TRT. Pois foi
179 o senhor quem procurou o TRT. E quero deixar mais uma vez registrado que o
180 Sindicato está aberto para negociações, não apenas com o senhor, mas com
181 qualquer membro deste Conselho, como inúmeras vezes fizemos com inúmeros
182 diretores aqui presentes. O que não falta, por parte dos trabalhadores, é diálogo.
183 Conclamo o senhor a descer do pedestal, pois o senhor está muito resistente.
184 Dialogue com a gente.” Ato seguinte o **M. Reitor** coloca em votação o Item I -
185 Homologação da decisão do Magnífico Reitor de antecipar, para os meses de
186 setembro e dezembro, os ajustes salariais para servidores técnicos e administrativos
187 e docentes aprovados pelo Conselho Universitário em sua última sessão. **Votação.**
188 Pelo painel eletrônico, obtêm-se o seguinte resultado: Sim = 95 (noventa e cinco)
189 votos, Não = 1 (um) voto, Abstenções = 1 (uma), Total de votantes = 97 (noventa e
190 sete). É aprovado o parecer da COP, favorável à decisão do M. Reitor, de antecipar,
191 para os meses de setembro e dezembro, os ajustes salariais para servidores
192 técnicos e administrativos e docentes, aprovados pelo Conselho Universitário em
193 sessão de 2.9.2014. **ITEM II – Análise da proposta de abono salarial a ser**
194 **concedido em 2014, adicionalmente aos ajustes salariais aprovados. M. Reitor:**
195 “Passamos ao Caderno II - Análise da proposta de abono salarial a ser concedido
196 em 2014, adicionalmente aos ajustes salariais já aprovados.” **Cons. Adalberto**
197 **Américo Fischmann:** “O parecer da COP faz primeiro uma recapitulação de datas
198 cronológicas, a partir dos dias 2, 3 e 4 de setembro, culminando com a decisão
199 firmada hoje pela COP. Passo à leitura do parecer da COP. A proposta de reajuste
200 salarial, aprovada pela COP e pelo Co em 2 de setembro de 2014, foi de 5,2%,
201 sendo 2,6% em outubro e 2,53% em janeiro de 2015. Dessa forma, o aumento de
202 2,6% incidiria sobre os salários de novembro, dezembro e o décimo terceiro salário.
203 Assim, considerando-se que a folha de pagamento mensal é da ordem de R\$ 300
204 milhões, o custo estimado sobre cada folha seria da ordem de R\$ 7,8 milhões e,

205 para o ano de 2014, o impacto total seria da ordem de R\$ 23,4 milhões. Essa
206 proposta foi viabilizada pela aprovação do PIDV, mesmo com as incertezas
207 inerentes a esse tipo de programa. Apesar do gasto com indenizações, de R\$ 400
208 milhões, a redução na folha de pagamento permitiria recuperar essa despesa em
209 cerca de vinte meses. Contudo, ainda assim, medidas compensatórias adicionais
210 seriam necessárias e urgentes. Em reunião do CRUESP, de 03 de setembro, foi
211 sugerido o mesmo índice de reajuste total (5,2%), dividido em duas parcelas iguais
212 de 2,57%. Representantes do Fórum das Seis sugeriram a antecipação da primeira
213 parcela para setembro e da segunda para dezembro deste ano; com isso, o índice
214 de 2,57% incidiria sobre as folhas de outubro e novembro e o índice total sobre as
215 folhas de dezembro e décimo terceiro salário. Nessa nova proposta, o custo
216 adicional em 2014 é da ordem de R\$ 15,3 milhões, totalizando R\$ 38,7 milhões.
217 Incorporou-se às demandas, além do reajuste, um abono salarial de 28,6% sobre os
218 vencimentos de maio de 2014, conforme proposto pela Câmara de Negociação do
219 TRT, em reunião de 04 de setembro. Caso o referido abono seja concedido, haverá
220 um custo adicional para a Universidade da ordem de R\$ 85,8 milhões, que se
221 somarão ao custo anterior, totalizando R\$ 124,5 milhões em 2014. Nesse quadro, o
222 grau de comprometimento dos repasses do tesouro com a folha de pagamentos
223 superará os 106% em 2014. A proposta de abono, embora não constitua despesa
224 permanente, amplia, ainda mais, o déficit no ano e acentua a redução das reservas
225 financeiras. A COP, em sessão realizada em 16 de setembro, considerou que a
226 aprovação da proposta de pagamento de abono não é recomendável, e sua eventual
227 aprovação reforçaria a necessidade de medidas compensatórias adicionais.
228 Ressalta, ainda, que caso o Conselho Universitário aprove o abono de 28,6%, isso
229 significará a utilização de mais R\$ 85,8 milhões das reservas da USP, reduzindo a
230 capacidade da Universidade de enfrentar seus compromissos financeiros no curto
231 prazo. Datado de hoje e assinado pelo nosso Secretário Geral, Professor Ignacio
232 Maria Poveda Velasco. Então, essas foram as ponderações que a COP fez em
233 defesa da Universidade. Quero dizer que nossas decisões foram pautadas em
234 argumentos essencialmente técnicos e financeiros.” **Cons.ª Neli Maria Paschoarelli**
235 **Wada:** “O Conselheiro cita, no relatório, que o abono de 28,6% significaria a
236 utilização de R\$ 85,8 milhões das reservas da USP. Qual é o real valor das reservas
237 da USP?” **Cons. Adalberto Américo Fischmann:** “Não tenho esse valor presente
238 comigo, mas seguramente o Departamento Financeiro pode ajudar.” **Professor**

239 **Rudnei Toneto Júnior:** “Já considerando a provisão de décimo terceiro e o déficit
240 projetado para o ano, as reservas devem fechar o ano na faixa de R\$ 1,6 bilhões.”

241 **Cons. Carlos Eduardo Garisto de Nicola:** “Gostaria de saber quais seriam essas
242 medidas compensatórias adicionais, citadas mais de uma vez nesse documento.” **M.**

243 **Reitor:** “As medidas compensatórias adicionais serão aquelas que este Conselho
244 vier a identificar, no futuro, como medidas capazes de reduzir o nosso
245 comprometimento com a folha de pagamento, isto é, se vamos conceder recursos
246 adicionais agora para pagar o abono, para pagar o reajuste salarial, o que a COP
247 está nos avisando é que serão necessárias outras medidas. O que nos havia
248 ocorrido, já trouxe a esta casa para consideração. Quem sabe este Conselho, que é
249 composto por um conjunto de diretores, representantes das mais diferentes áreas da
250 Universidade, possa fazer aquilo que contemplamos no nosso Programa e que
251 estamos executando, isto é, trazemos aqui e aguardamos sugestões.” Após os
252 esclarecimentos, o **M. Reitor** passa à discussão da proposta. **Cons. Benedito**

253 **Honório Machado:** “Quero me manifestar prontamente favorável à concessão do
254 abono, que corresponde, neste momento, a 5% das reservas da Universidade. Acho
255 muito oportuna a decisão do Reitor de trazer para o Conselho Universitário essa
256 decisão, como trará todas as outras decisões e poderemos, com a criatividade
257 própria dessa Universidade, e do meio democrático que sistematicamente
258 defendemos, discutir todos os contratos e serviços terceirizados, e outros contratos
259 existentes na Universidade, podemos seguramente, com criatividade e bom senso,
260 buscar o que a COP já nos sinaliza com muita clareza. Neste sentido, cumprimento
261 os colegas da COP por redigirem um parecer tão claro, no sentido de reforçar a
262 necessidade de medidas compensatórias adicionais. Acho isso fantástico e,
263 seguramente, nosso Reitor trará todos esses processos e contratos para discutirmos
264 no âmbito do Conselho Universitário. Acho que isso é um avanço e quero
265 cumprimentar nosso Reitor por esse fantástico avanço por parte da Reitoria, da alta
266 direção da Universidade, trazendo essa questão para o Conselho Universitário.
267 Penso que é extremamente oportuno que este Conselho Universitário, mais do que
268 a questão financeira própria da COP - e legítima, como tem que ser -, analise outros
269 aspectos que neste momento fazem a nossa Universidade sangrar em praça
270 pública. Acho que esse custo emocional que estamos vivendo nesse momento é
271 inaceitável para uma Universidade de padrão mundial. Um patrimônio cultural e
272 científico da humanidade. E não pode sangrar nas páginas de jornal diariamente,

273 esse é um custo que o Conselho Universitário, perante a comunidade de São Paulo,
274 do Brasil e do mundo, tem que assumir, tem que assumir essa responsabilidade. De
275 5% das nossas reservas, vamos destravar uma pauta onde os desafios para essa
276 Universidade são monumentais e não podemos nos dar ao luxo, nesse momento, de
277 vetar a concessão desse abono, que vai trazer benefícios para 23 mil membros
278 ativos dessa Universidade, 90 mil estudantes, uma comunidade interna de, pelo
279 menos, 120 mil pessoas. Portanto, este é um momento histórico na vida da Reitoria
280 da Universidade, do Conselho Universitário, e tem que chamar para si a
281 responsabilidade perante a comunidade do Estado de São Paulo, que nos mantém,
282 e propor uma pauta propositiva, que com criatividade e responsabilidade,
283 superaremos todas as dificuldades financeiras e orçamentárias. Mas não podemos
284 desprezar a comunidade dos professores, funcionários e alunos que constituem o
285 núcleo central dessa jóia, que é a Universidade de São Paulo.” **Cons. José Renato**
286 **Araújo:** “Quero reforçar a fala que o colega acabou de fazer. Quando me inscrevi,
287 queria fazer uma ressalva, obviamente, o trabalho da COP foi importante, uma
288 decisão, sem dúvida nenhuma, financeira, mas os elementos que devem ser levados
289 em consideração não são apenas financeiros. Evidentemente que eles são
290 importantes, mas há outros. Elementos políticos, principalmente. A Universidade
291 está há mais de 100 dias em greve, estamos diariamente no jornal, várias vezes a
292 alta administração da Universidade é pega em situações complicadas, como a
293 recente negativa do Governador pela vinculação do HU à Secretaria da Saúde. Esta
294 é uma possibilidade e acho que o Conselho Universitário tem que entender a
295 situação financeira da Universidade e fazer com que se aceite a proposta de abono,
296 indo contra o parecer da COP. Evidentemente, não há dúvidas de que o trabalho foi
297 bem realizado, mas penso que é mais necessária a aprovação, para que a pauta
298 desse Co seja, de fato, desobstruída. Como na abertura dos trabalhos, o Professor
299 Zago disse, acho que temos uma série de reformas a serem realizadas na
300 administração dessa Universidade. Recentemente, escrevi um artigo que,
301 provavelmente, sairá na Folha de São Paulo desta semana, sobre os problemas da
302 gestão universitária aqui na Universidade, e julgo que a crise financeira atual é
303 reflexo de algo muito mais profundo, que são os problemas na gestão democrática e
304 na transparência da nossa Universidade. Acho que a sociedade paulista tem o
305 direito de saber com mais detalhes como é conduzido o dinheiro que financia nossas
306 atividades. Então, termino minha fala encaminhando contra o parecer da COP,

307 encaminhando pela aprovação do abono de 28,6%.” **Cons. Bruno Sperb Rocha:**
308 “Em primeiro lugar, quero ressaltar que a concessão desse abono de 28,6% diz
309 respeito ao reconhecimento de um direito elementar, que é o da data base de
310 reajuste, um direito elementar dos trabalhadores, todos os servidores da
311 Universidade, dos trabalhadores de um modo geral, cujo reconhecimento foi
312 apontado à Administração dessa Universidade, pelo TRT. Por dizer respeito a isso,
313 refere-se a reajuste salarial e não a um presente ou coisa do tipo. Ressalto, também,
314 o fato de que, de maneira célere, as Reitorias da UNICAMP e da UNESP decidiram
315 pela concessão desse abono e a não concessão desse abono na USP significaria,
316 pelo conteúdo do abono, quebra de isonomia. Quero também, no mesmo sentido da
317 primeira fala da Conselheira Neli, no ponto anterior, registrar, para além de tudo que
318 ela disse sobre a disposição dos trabalhadores de negociar, que de maneira
319 nenhuma, se pode querer fazer parecer aqui que a intenção da Reitoria ao
320 judicializar a greve, foi abrir diálogo. A judicialização da greve foi consequência de
321 uma petição da Reitoria ao TRT por uma liminar que declarasse a abusividade da
322 greve, particularmente em função do alcance dela no Hospital Universitário. A
323 Justiça negou essa liminar e encaminhou para conciliação, e lá se decidiu, inclusive,
324 pelo pagamento dos dias parados, que a Reitoria não respeitou no prazo, pois
325 estava indo buscar no Supremo Tribunal Federal uma tentativa de derrubar isso.
326 Não conseguiu lá também, teve que pagar os salários. Ou seja, recorrentemente,
327 uma vez após outra, fracassou o objetivo da Reitoria ao judicializar a greve que era
328 de criminalizá-la. Ao contrário, a conduta da Reitoria foi criminalizada pela Justiça.
329 Por último, antes de ler aqui um trecho de um documento, quero ressaltar a nossa
330 preocupação com essas medidas compensatórias adicionais. Gostaria muito de
331 acreditar que dissessem respeito a buscar maior financiamento público para a
332 Universidade, mas, considerando o caminho no qual vieram as últimas medidas
333 compensatórias propostas pela Reitoria ao Conselho Universitário, acredito que
334 serão mais cortes e ataques ao funcionamento e à qualidade da Universidade. Dito
335 isto, quero rapidamente ler o documento que foi encaminhado a todos os membros
336 do Conselho Universitário e distribuído aqui, com a posição dos trabalhadores. Vou
337 pular uma parte dele para fazer minha fala caber no tempo e vou direto ao ponto.
338 Agora cabe a este Conselho Universitário decidir se seguirá sendo cúmplice dessa
339 conduta, como no caso da aprovação da desvinculação do HRAC, ou se buscará
340 apresentar uma possibilidade imediata de saída para o impasse atravessado pela

341 Universidade. Isso depende, em primeiro lugar, de duas questões. Os trabalhadores
342 da USP deliberaram por aceitar a proposta de conciliação apresentada pelo TRT,
343 registre-se, há duas semanas, quando já parecia certo que isso permitiria chegar a
344 um acordo de fim de greve, que inclui pagamento de abono indenizatório equivalente
345 a 28,6% do salário nominal. Este valor tem por objetivo respeitar o direito elementar,
346 garantido por lei, de reconhecimento da data base dos trabalhadores, ou seja, 1º de
347 maio. Desta forma, cabe a este Conselho deliberar pela concessão do abono, com
348 este valor mínimo, para que se respeite a data base, apontado pela Assembleia dos
349 Trabalhadores como condição indispensável para que se possa chegar a um acordo
350 de fim de greve. A segunda questão é a garantia de nenhuma punição aos grevistas
351 pelo exercício deste direito. Essa garantia tem como condição a não reposição das
352 horas de paralização. Nós, trabalhadores, reiteramos a boa fé e disposição em repor
353 o trabalho acumulado, de forma responsável, onde houver pertinência, tal como
354 acordado ao fim de todas as greves das últimas décadas. A possível exigência de
355 reposição dos dias parados não tem qualquer razoabilidade. Em primeiro lugar,
356 porque em nenhuma função o trabalho se acumula na proporção do tempo de
357 paralização. Na maior parte das funções, como transporte, alimentação, creche,
358 atendimento a estudantes, docentes e ao público em geral, entre outras, ele
359 simplesmente não se acumula. Em segundo lugar, porque a longa duração da greve
360 e conseqüente grande número de horas paralisadas é, como se tem reconhecido de
361 forma cada vez mais ampla, inclusive por parte do TRT, conseqüência do fato de
362 que a Reitoria não apresentou nenhuma proposta em negociação até o centésimo
363 dia da greve, e, desde então, vem protelando decisões fundamentais como essa.
364 Mesmo essa reunião do Co foi agendada somente uma semana depois, após a
365 apresentação, no último dia 10, da proposta em questão, pelo TRT.
366 Conseqüentemente, a reposição de horas teria efeito exclusivamente punitivo sobre
367 os grevistas. Isso se agrava, ainda, pelo fato de que só poderia se dar em base a
368 registros de frequência realizados de forma absolutamente desigual entre as
369 unidades. Registre-se, ainda, a contradição entre alegar excesso de funcionários,
370 estimular a demissão em massa e a redução da jornada de trabalho, e cobrar
371 reposição de horas, que significaria, na prática, a ampliação da jornada de trabalho
372 durante quase 3 anos. Manifestar-se claramente em favor da concessão do abono
373 de 28,6% e contra a reposição de horas é, portanto, condição para que esse
374 Conselho contribua para a solução desse impasse. Oportunamente, solicitamos,

375 ainda, a retirada definitiva da pauta desse Conselho Universitário, do debate sobre a
376 desvinculação do HU, bem como a revogação da decisão de mesmo conteúdo em
377 relação ao HRAC, tendo em vista todas as manifestações da comunidade
378 universitária, médica e da população e as recentes declarações públicas do
379 Governador do Estado de São Paulo.” **Cons. Carlos Alberto Ferreira Martins:**
380 “Quero me manifestar no sentido de que o Conselho tenha a possibilidade de
381 deliberar hoje sobre a concessão do abono e, se entendi corretamente no termo
382 formulado pela COP, isto significa votar contra o parecer da COP. Votar contra o
383 parecer da COP não significa, absolutamente, deixar de reconhecer a importância, a
384 exatidão e o caráter fundamental do trabalho realizado. Neste caso, votar contra
385 significa o Conselho Universitário assumir, efetivamente, o poder e uma
386 responsabilidade que, se por um lado lhe são inerentes, por outro – é preciso
387 assumir e reconhecer que neste momento – lhe são colocados de forma muito
388 precisa por iniciativa de nosso Reitor. É preciso este reconhecimento. Ocorre que o
389 pagamento hoje de um abono não é apenas uma questão de reconhecimento da
390 justiça de um direito trabalhista, tanto ou mais do que isto, é o reconhecimento que
391 tem a Universidade de que é preciso retomar, de maneira plena e rigorosa, um
392 conjunto de iniciativas que foram tomadas ao longo deste ano – por iniciativa desta
393 gestão reitoral, mas também deste Conselho Universitário –, extremamente
394 importantes, fundamentais e estruturantes de uma nova Universidade que,
395 infelizmente em função da situação que enfrentamos nos últimos meses,
396 desapareceram não apenas dos jornais e da opinião pública, mas, inclusive, das
397 nossas preocupações cotidianas, da nossa capacidade de nos dedicarmos
398 intelectualmente a ela. Quero lembrar que o passo fundamental em relação à
399 democratização da Universidade foi dado por iniciativa desta Reitoria, eliminando a
400 lista tríplice na eleição de dirigentes de unidades. Quero lembrar que a Universidade
401 começou um processo de discussão, em profundidade, da sua legislação maior.
402 Lembrar, ainda, que a Universidade deu um passo extraordinário no sentido da
403 transparência das suas ações, ao realizar pela primeira vez, a transmissão de uma
404 reunião do Conselho Universitário. Talvez, um dos passos mais relevantes – e quero
405 parabenizar a Administração, o Professor Rudinei Toneto Junior, a COP e a Reitoria
406 pela proposta de uma nova maneira de se estruturar o orçamento. Nós estamos
407 estabelecendo e encaminhando às Unidades uma radical transformação na maneira
408 pela qual a Universidade estrutura seu orçamento e tudo isto deixou de ocupar o

409 papel que deve ocupar de centralidade de nossa energia e de nossa preocupação.
410 Isto é vital para que as nossas unidades e este Conselho volte a concentrar suas
411 energias, sua criatividade e capacidade técnica nestas questões que são
412 fundamentais. Parece-me que o Conselho Universitário deve hoje tomar a decisão
413 de virar esta página e voltar a discutir a Universidade. A existência de entidades
414 sindicais é legítima, mas a questão sindical não pode ser a única questão do que
415 nos ocupa. A população em São Paulo e a população do Brasil espera e tem o
416 direito de exigir isto de nós.” **Cons.^a Marcela Silva Carbone:** “Acho que é bastante
417 claro para todos a minha posição, sou a favor do abono salarial de 28,6%, enquanto
418 estudante. De forma que não estou aqui sozinha, estou representando muitos
419 estudantes. Começo falando sobre o tempo da nossa greve. Se hoje estamos tendo
420 que discutir um abono referente ao mês de maio, se essa greve se estendeu por
421 tanto tempo, isso tem a ver com o fato de o Reitor ter aberto negociações conosco
422 depois de cem dias, apesar de termos pedido negociações desde o começo. Nós, do
423 DCE, protocolamos uma série de reivindicações na Reitoria com o tema dos cortes
424 orçamentários, da crise universitária, com assinatura de mais de 30 centros
425 acadêmicos e essas reuniões que pedimos foram desmarcadas, ou seja, há uma
426 disposição desde o princípio de negociarmos e hoje – esta greve se estendeu por
427 cem dias, e segue se estendendo, não pela intransigência do movimento como o
428 Reitor quer demonstrar, porque, inclusive, já aceitamos a proposta – quem está
429 estendendo a greve é a Reitoria. O Reitor começou a reunião falando sobre o tema
430 da democracia e que seria uma gestão diferente das outras, que iria no sentido de
431 democratizar a Universidade. Na minha opinião, democratizar a Universidade e
432 compartilhar as decisões não se trata apenas de compartilhar com um número
433 pequeno, como é esse Conselho Universitário. Trata-se de compartilhar as decisões
434 com o conjunto da Universidade. E nesse momento, o conjunto da Universidade já
435 deixou claro qual é a sua reivindicação. É uma reivindicação de reajuste, uma
436 reivindicação de abono salarial, para que seja respeitado um direito dos
437 trabalhadores, que é a data base e também a isonomia entre as universidades.
438 Sobre o tema da democracia e da intransigência, que o Professor Zago tanto está
439 batendo na tecla, quem vem aparecendo como intransigente – não só para o
440 conjunto da Universidade, mas também na mídia – não é movimento ou o Sindicato
441 dos Trabalhadores, mas, sim, o Reitor Zago, com suas condutas unilaterais em
442 relação, não apenas aos trabalhadores da USP, mas em relação à Reitoria da

443 UNESP, à Reitoria da UNICAMP, à Justiça, inclusive ao próprio Governador do
444 Estado de São Paulo, que na semana passada deu uma declaração contrária à
445 desvinculação do HRAC e, também, à possível desvinculação do HU. Nesse
446 sentido, o que veio se configurando é um isolamento da figura do nosso Reitor e o
447 que gostaria de pedir é que tivéssemos uma conduta diferente, para que
448 começássemos a mudar esse patamar, para que, apesar do isolamento do Reitor
449 Zago, pudéssemos dar um caminho diferente a tudo isso que vem acontecendo na
450 nossa Universidade, para que ela pare de aparecer nos jornais com tanta crise, com
451 tudo isso que vem acontecendo. Para terminar, o tema das punições. Também para
452 nós é muito importante o que foi colocado sobre as punições, pois existe uma
453 disposição dos trabalhadores de repor o trabalho acumulado, mas não é possível
454 que, por exemplo, o Bandeirão, que ficou cem dias parados por conta da
455 intransigência do Reitor, fique vinte e quatro horas aberto. Não é possível repor.”

456 **Cons. Carlos Eduardo Garisto de Nicola:** “Quero começar lamentando, de novo,
457 mais um Conselho Universitário que é protegido pela Polícia Militar, acho que está
458 virando uma triste tradição deste Co, o que cerceia muito o nosso já escasso poder
459 de deliberar, de discutir aberto aqui dentro. Espero que isso não aconteça mais. O
460 Reitor começou a reunião dizendo que estamos aqui, nos encaminhando para mais
461 um Co e talvez façamos mil esse ano, uma pena que ele só chama os Co's quando
462 é para tratar de questões de socializar eventuais prejuízos políticos para ele. Então,
463 a questão do último Co em que votamos um plano de aumento bem abaixo do que o
464 Fórum das Seis reivindicava, agora neste Co aqui que vem uma proposta da Reitoria
465 contra o abono; mas quando é para cortar o ponto dos funcionários em greve ou
466 para chamar a tropa de choque para a Universidade, nenhum Co foi chamado, acho
467 que nem se pensou nisso. Quanto ao que disse o Professor, inicialmente, acho que
468 sangrar a USP, sangrar a vida emocional da USP, é ser escorraçado do P1 pela
469 tropa de choque da Polícia Militar, tomando bomba de gás na cara, isso não é nada
470 agradável, isso é antidemocrático. Quero declarar apoio ao abono dos funcionários e
471 acho que essa é uma discussão que vai muito além do técnico-financeiro, é uma
472 discussão humana. Acho que está na hora desse Co se humanizar nesse sentido.
473 Infelizmente, as medidas compensatórias só aparecem em horas como essa.
474 Sempre há uma reserva, sempre há um fundo aqui e ali, só quando a Reitoria mais
475 precisa, e seu campo político se estreita, tanto em relação à base da Universidade,
476 quanto em relação ao próprio Geraldo Alckmin, que declarou que não quer vincular o

477 HRAC à administração dele. Quero dizer que essa reposição de dias não
478 trabalhados é impraticável. Não é linear. No caso do Bandeirão, é impossível servir
479 mais comida aos alunos ou ficar o dia inteiro funcionando. Também quero dizer ao
480 Reitor que não tem arrego. As pautas do movimento unificado também eram outras,
481 era a questão do convênio com a PM, os alunos são contra – achamos que ele tem
482 que ser revisto –; a questão de cotas raciais e sociais para ingresso na universidade,
483 na USP; a questão da revisão do plano de transporte – continua impraticável chegar
484 na USP; e a questão da democracia, como o Reitor bem lembrou, de que é para
485 muito além de fazer falas no Co, de que os Diretores de Unidade não tem que
486 defender o que as Congregações deliberaram. Isso, aliás, é muito reacionário. É
487 muito além de chamar Co's quando só convém ao Reitor. É, realmente, abrir a
488 Universidade à comunidade universitária, tivemos um movimento muito forte no final
489 do ano passado sobre isso, e não está acontecendo, é uma reforma da governança
490 bem ensimesmada. O recado é esse. Não tem arrego e vamos lá.” **M. Reitor:** “Há
491 necessidade de fazer duas correções e um pedido para consideração. As duas
492 correções são as seguintes: Primeiro, reposição de dias trabalhados não é punição
493 e, segundo, a proposta que está neste momento em discussão, não é e nunca foi
494 proposta da Reitoria. O Reitor trouxe o assunto, avisou na reunião do CRUESP que
495 traria para discussão no Conselho Universitário a proposta de um abono de 28,6%,
496 os membros da COP sabem que o Reitor não se manifestou a respeito e garantiu
497 que eles tivessem toda a liberdade de fazer a proposta que julgassem mais
498 adequada. Se os estudantes tivessem o seu representante presente nas reuniões da
499 COP poderiam, talvez, ter constatado que esta Comissão trabalhou de maneira
500 absolutamente independente e sem nenhuma orientação do Reitor. Para
501 consideração final, gostaria de saber se os senhores membros do Conselho
502 Universitário acham que devemos respeitar a autonomia da Universidade ou
503 devemos buscar a intervenção externa e governamental nos rumos da
504 Universidade.” **Cons. Douglas Emygdio de Faria:** “Quero trazer a posição da
505 Congregação da FZEA de que se deve dar o devido apoio e respeito a este abono
506 de 28,6%. Também gostaria de me manifestar em relação à questão, pois esta não
507 é pura e simplesmente de ordem financeira. A situação que a Universidade vive hoje
508 é muito constrangedora e creio que aquilo que achamos que seja possível ser
509 realizado para que se acabe em definitivo com o movimento grevista, é de se
510 considerar bastante útil. Também reforço que foi dito da reserva financeira que

511 ficaremos com R\$ 1,6 bilhões no final deste ano e, está certo que o rendimento
512 deste valor não é tão expressivo, mas deve ser na casa de, aproximadamente, entre
513 R\$ 13 a R\$ 15 milhões, só com os juros desta aplicação financeira. Desta forma, é
514 óbvio que estamos falando em reserva financeira e que a concessão deste ano
515 implicará em um uso maior desta reserva financeira, mas, em se tratando de uma
516 situação que a Universidade se encontra a mais de cem dias com as atividades
517 parcialmente paralisadas, creio que valha a pena o Conselho Universitário votar pelo
518 abono. Gostaria também, aproveitando a oportunidade, de infelizmente trazer uma
519 informação a todos: ocorre que durante a campanha para a sucessão reitoral,
520 lembro-me muito bem que em Pirassununga estávamos conversando com o
521 Professor Vahan e com o Professor Zago e fiz um comentário a respeito do prejuízo
522 no ensino de graduação, que foi muito bem aceito pelos professores. Na época,
523 comentei sobre o programa ensinar com pesquisa e reforcei que tinha uma
524 preocupação muito grande com o ensino de graduação. Naquele momento me foi
525 dito o seguinte: 'você está falando com as pessoas corretas, pois iremos nos
526 preocupar com isso'. Isto posto, a informação que trago é que até agora não
527 considero que o ensino de graduação foi prejudicado, mas o ensino de pós-
528 graduação já está sendo. Há dez anos trazemos um docente dos Estados Unidos
529 para ministrar parte de uma disciplina de pós-graduação, mas este ano ele não pôde
530 vir, por conta de recursos financeiros, portanto o ensino já está sendo prejudicado.
531 Esta é uma situação complicada, acredito que ninguém gostaria de vivenciar uma
532 situação destas, por isso deixo registrado o apoio da FZEA ao abono salarial."

533 **Cons.^a Gabriela Soldera Ferro:** "Também falo a favor do abono salarial e, como a
534 Marcela, represento grande quantidade de estudantes. Os estudantes como um
535 todo, portanto minha fala não reflete uma opinião particular que pensei agora.
536 Consideramos que a USP está passando por um momento no qual está se
537 mostrando cada vez mais vulnerável para a sociedade. Isto é algo muito ruim. No
538 ano passado, durante a greve dos estudantes, que foi uma greve por democracia,
539 em diversas mídias e diversos veículos de comunicação nós presenciamos dizerem
540 que os estudantes estavam lutando por democracia e, de uma certa forma, a
541 sociedade, pela primeira vez, se mostrou a favor, pois democracia é algo que as
542 pessoas não se posicionam de modo contrário. Digo isto, pois cada vez mais esta
543 vulnerabilidade está exposta e, este ano, ela aparece por conta das ações ilegais
544 que foram praticadas e que são referentes a esta greve. Primeiro em relação ao

545 corte de ponto, no qual a justiça emitiu uma sentença reforçando que era ilegal e
546 que teria de ser repostos o valor dos salários cortados, inclusive, com multa caso não
547 acontecesse. Agora, vimos também à questão da desvinculação dos Hospitais
548 Universitários, que além da população e do movimento serem contrários, o próprio
549 Governador também o é. Isto gera um desgaste enorme para a Universidade, afinal,
550 que medidas são estas que estão sendo tomadas que geram esta contrariedade de
551 vários setores. Quanto à questão do abono salarial, 28,6% corresponde a um valor
552 mínimo que respeita a lei, é o direito dos trabalhadores garantido por lei. Para se
553 respeitar a lei deve-se chegar a este valor, que é um valor mínimo, indicado pelo
554 TRT e considero um absurdo que queiramos aqui dizer se é válido ou não que seja
555 este valor ou que não tenha este valor, afinal, mais uma vez a Universidade teve que
556 ir para a justiça, passar por tribunais, para decidir coisas que são absurdas. Este
557 abono salarial precisa acontecer, pois é garantido por lei, e minha fala vai neste
558 sentido, que possamos parar para refletir sobre qual é o rumo que estamos tomando
559 para a Universidade – que está cada mais vulnerável e desgastada –, que é fruto de
560 decisões antidemocráticas desde antes da gestão do Reitor Zago, mas que
561 continuam agora. São decisões tomadas de forma muito autoritária, sendo que não
562 é positivo para ninguém internamente ou de fora da Universidade este desgaste que
563 acontece.” **M. Reitor:** “Creio que há uma questão importante que necessita ser
564 lembrada. A concessão ou não do abono é um tópico sobre o qual este Conselho vai
565 decidir, levando em conta dois aspectos. Primeiro, o comprometimento financeiro e o
566 quanto isto representa e, segundo, o momento político. Entendo que cada um deve
567 decidir com a maior liberdade possível, levando em conta aquilo que considerar ser
568 o melhor para a Universidade. Não é correto insistir que o Reitor quer ou não quer
569 deste tipo ou daquele. Não se esqueçam que o Reitor trouxe a proposta para ser
570 votada no Conselho. Agora há de se corrigir alguns desvios de interpretação da
571 Conselheira, que diz que somos obrigados a conceder. Nós não somos. Nós
572 concederemos de maneira absolutamente livre, se acharmos que assim devemos. O
573 Tribunal Regional do Trabalho está tratando este assunto no Núcleo de Conciliação.
574 A senhora deve saber que, constitucionalmente, ele não pode se manifestar sobre
575 cláusula econômica no que diz respeito ao dissídio trabalhista que envolva
576 funcionários públicos, portanto não confundam, este Conselho não está obrigado a
577 fazer nada. Ele fará aquilo que julgar ser o mais conveniente e que deverá fazer
578 diante a situação que se encontra, com absoluta liberdade. Sem se preocupar que

579 está sendo obrigado, quer por um Reitor que não quer, quer por um Tribunal que
580 quer. Não é nada disto. Esta é uma visão absolutamente descabida diante ao que
581 vem ocorrendo há quase um mês nesta Universidade. Um processo lento no qual
582 estamos, sob diferentes aspectos, negociando, não a Reitoria e os Sindicatos, mas
583 sim a Universidade e os Sindicatos, aqui representada pelo seu Conselho
584 Universitário.” **Cons.^a Belmira Amélia de Barros Oliveira Bueno**: “Para ser breve,
585 gostaria de pedir licença para ler uma manifestação da Congregação da FE, reunida
586 na tarde de ontem para prever uma decisão possível neste Conselho de hoje.
587 Naturalmente, faço minhas as palavras de vários conselheiros que me antecederam
588 e suas considerações a respeito da importância do lugar que ocupa na nossa
589 universidade, mas me deterei aqui na manifestação, para ser breve. As
590 recomendações então feitas e são as seguintes: que a Reitoria estabeleça
591 negociações com as categorias de técnicos e administrativos e docentes, visando a
592 retomada da normalidade institucional, sem quaisquer punições aos grevistas;
593 defender a manutenção histórica da isonomia salarial entre as três Universidades
594 paulistas, bem como o respeito à data base, com o acolhimento da proposta de
595 conciliação do TRT e a extensão do abono de 28,6% a todos os servidores. Sugere,
596 também, que as Pró-reitorias de Graduação e Pós-Graduação construam
597 calendários que garantam a reposição, com qualidade, das atividades acadêmicas
598 afetadas pela greve. E que tão logo se restabeleça a normalidade das atividades
599 acadêmicas, sejam definidas pauta e agenda para o enfrentamento das dificuldades
600 financeiras e administrativas vividas pela Universidade, de modo que a comunidade
601 possa participar, efetiva e coletivamente, de sua resolução.” **Cons. Vanessa Del**
602 **Castillo Silva Couto**: “Sou do DCE e me inscrevi para demonstrar que viemos
603 representando todos os estudantes da Universidade e, dentro das deliberações
604 estudantis, também somos a favor do abono salarial de 28,6%, como o TRT colocou,
605 porque temos que refletir muito aqui sobre o que a nossa Universidade representa e
606 o que queremos que ela seja daqui para frente. Acho que a nossa maior virtude são
607 os trabalhadores, a qualidade do trabalho, da pesquisa, qualidade essa que só
608 conseguimos manter se os trabalhadores, se os professores são bem remunerados.
609 Assim eles têm estímulo para trabalhar e exercer o melhor que temos na
610 Universidade, que é a qualidade na pesquisa - que, inclusive, ainda tem muito a
611 melhorar, a se desenvolver - a qualidade da educação e do ensino. Temos que
612 pensar por essa ótica, porque estamos em uma greve há mais de 100 dias, para só

613 agora pautar a questão do reajuste salarial, sendo que já tinha sido aprovado, em
614 um Co do começo do ano, um valor que seria destinado a isso. Reajuste salarial é
615 um direito legítimo dos trabalhadores sim, porque é uma questão deles terem poder
616 de aquisição, de compra. Com o TRT colocando essas questões, temos que pensar
617 como fica a imagem da nossa Universidade. Sabemos muito bem que a imagem da
618 USP está muito desgastada entre toda a comunidade, pelas diversas arbitrariedades
619 que têm acontecido. Acho que todos desse Co têm a responsabilidade de votar de
620 uma forma muito consciente e coerente, porque sempre falamos de democracia e
621 todos os membros do Co representam algo, os diretores de Unidades, os
622 representantes eleitos nas Congregações. Acho muito legal os Professores terem
623 dito quais são as posições de suas Congregações, porque temos que refletir o que a
624 nossa Unidade, a nossa comunidade pensa. Por exemplo, a minha Unidade, a FSP,
625 tem se manifestado a favor do abono salarial. Precisamos ouvir a comunidade
626 universitária, composta pelos estudantes, funcionários e professores e não apenas
627 opiniões individuais. Parece que todos, nas falas anteriores, já disseram que temos
628 que pensar no abono salarial proposto pelo TRT, o valor tem que ser de 28,6%, pelo
629 cálculo que já foi feito, porque temos uma responsabilidade com a nossa
630 Universidade, não podemos ser irresponsáveis nesse momento que estamos
631 vivendo. Cabe a nós votarmos a favor do abono salarial, cabe a nós, também,
632 encerrarmos a greve da melhor forma possível. Teremos que pensar melhor,
633 também, sobre as outras medidas que estão sendo propostas, porque sou estudante
634 da área de Saúde e temos nos mobilizado muito na defesa do nosso Hospital
635 Universitário, além de outras medidas, como permanência estudantil, que
636 precisamos avançar no debate, não retroceder. A USP só vai conseguir manter sua
637 qualidade, se avançarmos em diversas outras questões que estamos vendo ser
638 ameaçadas pela posição do nosso Reitor de querer cortar nossas conquistas.
639 Temos que sempre pensar em avançar e não retroceder nessas pautas. Sei que
640 teremos um Co para debater essas outras questões posteriormente, mas acho
641 importante já pensarmos tudo isso a partir de já, o que nossa comunidade quer, qual
642 é o reflexo da maioria dela. Se estamos debatendo democracia aqui, temos que
643 pensar nesse sentido: o que todo esse movimento de trabalhadores, que está
644 mobilizado em todas as Unidades, que é muita gente envolvida, muitos estudantes,
645 em mais de 100 dias de greve quer? Temos essa responsabilidade, de votar e de
646 pensar muito bem quais são nossas atitudes daqui para frente, se é importante -

647 como já sinalizou o próprio Governador - aumentar o repasse para Universidade,
648 acho que essa seria uma saída para a nossa situação hoje e não cortar um direito
649 dos trabalhadores, que é o abono salarial. Também temos que pensar em outras
650 medidas que não sejam a desvinculação de hospitais, desvinculação de
651 permanência estudantil, que também são direitos nossos. Queria deixar essa
652 reflexão para todos os Conselheiros.” **M. Reitor**: “Não posso deixar de comemorar a
653 notícia que ela nos trás de que o Governador quer aumentar os recursos da
654 Universidade. Isso vai ser ótimo.” **Cons. Neli Maria Paschoarelli Wada**: “A greve se
655 arrasta há 113 dias, mas não é culpa nem dos funcionários, muito menos dos
656 professores em greve. Tudo isso é devido às posições equivocadas do Prof. Zago,
657 porque me recorro de um Co, em que o companheiro Alexandre Pariol saiu com um
658 papelzinho, pegando assinatura de vários Conselheiros, aliás, foram 28 assinaturas,
659 e protocolamos com o senhor Secretário Geral, para pautar o reajuste salarial na
660 reunião do Co, de 10 de julho. O que aconteceu? A reunião foi cancelada, o Prof.
661 Zago foi para o CRUESP e lá ele ofereceu zero. Por que o Professor não veio
662 consultar o Co se deveria dar zero por cento ou se deveria dar quatro, cinco? Tinha
663 que dividir aqui. Mas ainda bem que o senhor está reconhecendo o erro e está
664 pedindo, agora, para dividir os prejuízos. Senhores Conselheiros, o Prof. Zago
665 colocou aqui uma questão que, para mim, é fundamental. O que lutei, quando era
666 funcionária da UNESP, pela autonomia das Universidades Estaduais Paulista...
667 Autonomia que está em jogo hoje, porque o Prof. Zago já foi chamado duas vezes
668 na Assembleia Legislativa e não compareceu. Amanhã, às 16h30, ele prometeu que
669 estará lá. Mas, também, amanhã, às 16 horas, o TRT o convidou para comparecer
670 lá. E convidou também o Secretário da Secretaria do Desenvolvimento Econômico,
671 Ciência, Tecnologia e Inovação. Vocês acham que a nossa Universidade não está
672 com a autonomia em risco? Disse isso para o Prof. Zago no CRUESP e sabe o que
673 ele me respondeu? Quebra de isonomia do CRUESP, o que significa? É a
674 destruição dos Conselhos dos Reitores das Universidades Estaduais Paulistas.
675 Tanto é, senhores e senhoras, que a UNESP já fechou acordo com a Reitora, que
676 concedeu 28,6%, mas os companheiros continuarão em greve até o dia 22, em
677 solidariedade à quem luta aqui. Então, conclamo vocês, porque essa proposta de
678 abono não é nossa, a nossa proposta é aquela inicial, de reajuste de 9,78%, mas
679 acatamos a decisão do TRT. Agora é necessário que a USP também acate a
680 decisão do TRT, para que possamos sair desse impasse. Conclamo aos

681 Conselheiros, aqueles que têm responsabilidade com essa Universidade, a acatar a
682 decisão do TRT, porque somos responsáveis e acatamos.” **Cons. Umberto Celli**
683 **Junior:** “Gostaria de resgatar um pouco a nossa agenda positiva, que precisa ser
684 examinada, ser verificada. O M. Reitor começou a sessão de hoje a tarde,
685 lembrando compromissos de campanha, que ele e o Prof. Vahan assumiram. Um
686 desses compromissos, justamente, o de promover a descentralização administrativa.
687 Os debates nesse Conselho dessa agenda positiva iniciaram-se no começo do ano,
688 quando começamos a discutir a reforma do Estatuto da USP. Várias Unidades se
689 manifestaram, mobilizaram-se, houve discussões como nunca ocorreram nessa
690 Universidade de São Paulo. A posição de uma Administração Central que se vê
691 confrontada com problemas financeiros, com estatísticas, com números é de
692 verificar, de examinar esses números e, depois, evidentemente, com base em
693 pareceres técnicos, adotar uma postura fiscal responsável. O próprio Reitor, na sua
694 fala de agora pouco, lembrou que há uma posição, manifestada pela COP, com total
695 independência, uma posição técnica, mas se estamos aqui - ele nos convocou – é
696 porque cabe ao Conselho refletir e tomar decisões que vão muito além do técnico,
697 que são questões políticas, para que possamos, efetivamente, retomar uma agenda
698 positiva. Vejo com muita satisfação algumas medidas que já foram anunciadas e que
699 são importantes, que estão em dia com o compromisso de campanha assumido, por
700 exemplo, a questão da graduação, medidas que as unidades vão poder tomar para
701 reformar suas grades, medidas de descentralização, vi medidas positivas
702 anunciadas pela PRCEU, pela PRPG, enfim, há uma agenda positiva, que tem uma
703 necessidade premente de ser resgatada. Vai aqui apenas uma reflexão nesse
704 sentido. Temos muito a avançar, mas discussões já foram retomadas, o fato de
705 estarmos aqui reunidos várias vezes esse ano no Conselho, já é um sinal de que
706 houve avanços, ainda que possam não ter sido suficientes, mas houve avanços,
707 vamos fazer essa reflexão. A postura de quem está em contato com os números, é
708 transferir essa responsabilidade para um órgão técnico para que façam uma análise,
709 mas acho que a própria palavra do Reitor é essa, cabe a esse Conselho, para o qual
710 ele nos chama a compartilhar essa responsabilidade, analisar os fatores. Queremos
711 retomar essa agenda positiva ou não? Para nós é importante retomar essa agenda
712 positiva ou não? Parece-me que essa reflexão é essencial, independentemente do
713 voto de cada um, essa é a reflexão. Para encerrar, temos vários itens que foram
714 colocados desde o começo do ano que precisam ser discutidos. É a discussão da

715 própria Universidade. Acho que esse é o momento em que podemos tomar uma
716 decisão histórica, como outros que me antecederam já disseram, um compromisso
717 da USP com ela mesma. E a decisão desse Conselho é sim soberana, do ponto de
718 vista legal. Cabe a esse Conselho tomar essa decisão histórica, portanto, com base
719 nessa agenda positiva e propositiva que começamos a discutir no início do ano.”


720 **Cons. José Luiz Borges Andreoli**: “Nas últimas reuniões se falou muito do HU e do
721 HRAC e tenho uma sugestão, como membro do Conselho Deliberativo de um clube
722 de pensão, a Fundação CESP, que é o 4º maior fundo brasileiro, atrás do Banco do
723 Brasil, Petros e Caixa Econômica Federal e, se considerado apenas os privados, é o
724 maior fundo brasileiro. Administramos - coloco-me na situação de Conselheiro lá
725 também - mais de R\$ 23 bilhões. Quero colocar-me à disposição para que
726 possamos fazer um convênio com os dois Hospitais. Temos 83 mil vidas espalhadas
727 pelo território nacional, exceto no Estado do Amazonas. Então, coloco-me à
728 disposição para conduzir, talvez, um convênio, para que possamos atender via
729 Fundação CESP, plano de saúde para nossos assistidos e ativos. Outra sugestão é
730 sobre o abono salarial. Já fui gerente de recursos humanos de uma empresa de
731 eletricidade, que por alguns anos foi considerada a maior empresa da América
732 Latina. Dos programas de incentivo à aposentadoria, nenhum deles atingiu 100%;
733 quando bem trabalhados, atingem 50%, 60%, no máximo 70%. Portanto, minha
734 sugestão é que se abata esses R\$ 85,8 milhões que serão gastos com o abono, dos
735 400 milhões do PIDV. Vai diminuir o impacto financeiro, certamente esses 400
736 milhões que estão disponíveis não serão gastos. Se considerarmos, com muito
737 sucesso, 70% de adesão, será gasto em torno de 280 milhões. Então, teríamos uma
738 folga para pagar o abono aos trabalhadores e ainda teria uma sobra para o
739 orçamento da Universidade.” **Cons. Fábio Frezatti**: “Quem trabalha com gestão,
740 entre várias coisas que são importantes para discutir o problema, tem duas que,
741 particularmente, chamam-me a atenção. Estamos lidando com um problema
742 cotidiano, corriqueiro, que já conhecemos ou uma coisa que é a maior tragédia da
743 vida da Universidade? Parece que estamos lidando com o segundo elemento. Uma
744 segunda chamada seria, estamos falando de uma coisa de curto prazo ou uma coisa
745 que pode amarrar a responsabilidade para o meu neto, que eu gostaria de ver aqui
746 estudar e ser feliz, como eu sou e como vários de vocês são? Pensando nisso,
747 estou ligeiramente tenso, como alguém que faz contas - não faço parte da COP,
748 então não tenho ônus - mas na minha conta é mais ou menos o seguinte: uma

749 conversa que usamos em casa, usamos na Universidade, usamos em qualquer
750 lugar - é na entrada ou é na saída que eu resolvo. A saída, conhecemos mais ou
751 menos, em algum livro de controle, que são esses percentuais que temos hoje,
752 105%, 106%, 104% ou coisas do gênero. Ou seja, é fixo, não tem mágica. Não
753 podemos demitir, sim, mas não podemos trocar, não podemos desinstalar, quero
754 dizer, nós não podemos. Do lado da entrada não temos o menor controle, tudo que a
755 gente lê não nos mostra muito acima. Conselheira Belmira, gostei da sua leitura,
756 acho que é por aí que temos que caminhar, de forma mais ampla. Precisamos ter
757 grupos de sugestões e gostei também do colega que trouxe outras sugestões,
758 porque até agora não ouvi mais nada. Tivemos uma sugestão que foi bombardeada
759 de forma sistemática, e só foi assim porque, no final, não tinha outra. Temos
760 expectativa em relação ao futuro, ou seja, uma forma responsável de sairmos daqui,
761 não só como cidadão, mas como alguém que ocupou, decentemente, lugar nesse
762 Conselho - que tem a honra de ter tido nomes geniais da cultura brasileira, do
763 intelecto brasileiro, do esforço brasileiro - é falar sim para essa proposta. Não tem
764 saída pessoal, estaremos aqui no ano que vem discutindo se teremos dinheiro para
765 pagar conta de luz, não sei se estou exagerando, perdoem-me, não tenho dados,
766 mas o ICMS do jeito que está, quero dizer, a minha conta é que a crise vem,
767 digamos assim, sistematicamente. Ela não aparecerá só em uma ou outra reunião
768 do Co, ela estará presente em todas, não teremos mais tempo para pensar, esse
769 cara que não veio, não virá mais. Perdi dois professores que vinham para o Brasil e
770 não vêm mais. Tem mais coisa em jogo, não é só a crise da USP, na verdade é o
771 país, é a nossa leitura, pois nem sempre somos capazes de filtrar adequadamente.
772 Não tenho dúvida, não é escola, temos que aprovar esse parecer.” **Cons. Frederico**
773 **Pereira Brandini**: Sou novo nessa Universidade e já estou adquirindo um repertório
774 bastante interessante e um aprendizado muito grande. Não tenho uma visão política
775 dessa situação toda, atualmente estou membro da COP e tenho conhecido os
776 bastidores da situação financeira da Universidade que, para mim, tem sido um
777 aprendizado muito importante. Acho que a palavra democracia tem sido um pouco
778 vulgarizada, porque para podemos votar com consciência precisamos ter repertório;
779 precisamos, exatamente, saber quais são os números e quais são os fatos. Ouvi
780 muitos discursos inflamados e alguns bastante a favor dessa proposta que aqui
781 apoio, mas outros totalmente contra e com uma série de argumentos que,
782 infelizmente, devo dizer que não me convenceram, por conta do repertório que tenho

783 adquirido como membro da COP. Tenho visto os número e os fatos e estou tentando
784 defender uma decisão e uma votação puramente técnica. Sei que os senhores estão
785 aqui diante de uma escolha entre votar tecnicamente e enfrentar um ônus político
786 muito grande, porque a greve vai continuar ou não vai continuar - sei bem que nos
787 bastidores, funcionários meus e pessoas dizem que nada garante que a greve vai
788 parar, mesmo votando a favor dos 28% - e, por outro lado, votar politicamente, com
789 medo do sangramento da USP em relação à sociedade. Um sangramento que
790 podemos parar agora, mas não vai evitar que esse sangramento venha como uma
791 avalanche muito pior daqui a dois anos. Só queria fazer, como oceanógrafo, uma
792 pequena comparação para que vocês possam entender tecnicamente como estou
793 vendo a situação. Anotei aqui algumas informações e gostaria que considerassem
794 uma série de naufragos dentro de um barco salva-vidas. Não pensem que estou
795 considerando a Universidade um naufrago, não é isso; um naufrago sempre tem a
796 possibilidade de um resgate, que é uma questão de gestão, como racionalizar a
797 ração de água e é exatamente isso que a ração da água faz. Ela tem como função
798 dar tempo, parafraseando um dos colegas do departamento financeiro, para que
799 esse grupo de naufragos consiga ser resgatado, ou seja, se existe essa
800 possibilidade, resta tomarmos a melhor decisão possível para racionalizar a água
801 dos nossos custos. Se temos que tomar essa água como uma dose homeopática,
802 isso significa que vamos ficar mais tempo e aumentar a chance de sermos
803 resgatados, porque é absolutamente imprevisível esse resgate no caso de
804 naufragos, mas no nosso caso não é bem assim. É possível, baseado na nossa
805 criatividade e pelo menos em algumas propostas, que esse resgate seja feito em
806 quatro anos, se as medidas que já foram aprovadas tiverem sucesso. Todos os
807 esses naufragos estão em uma mesma situação, se algum deles, por alguma razão
808 pessoal, por ignorância ou por medo de passar uma situação mais difícil, disser:
809 'não, eu não quero a falta de água, eu quero beber o máximo que posso' e queira
810 tomar a água e esgotar essa ração muito antes do tempo, isso vai diminuir,
811 sobremaneira, a possibilidade de haver esse resgate. Em um quadro muitíssimo
812 semelhante, do ponto de vista técnico, é essa a situação que estamos passando, por
813 mais que vocês argumentem em contrário. O nosso papel não é discorrer sobre o
814 que é legal ou o que não é legal. Sabemos que é um direito trabalhista ter todos os
815 reajustes possíveis, sem dúvida nenhuma, mas a questão que está colocada aqui é
816 pensar se voto tecnicamente e enfrento um ônus político - talvez tenhamos que

817 enfrentar de qualquer maneira, como já estamos enfrentando - ou se eu voto
818 politicamente, antecipando esse sangramento e esses naufragos, talvez, não sejam
819 resgatados. É exatamente isso que estou vendo aqui.” **Cons. Adalberto Américo**
820 **Fischmann**: “Gostaria de complementar as palavras do Conselheiro Frederico
821 Brandini e, também, como membro e Presidente da COP, salientar a gravidade do
822 momento que estamos vivendo. É muito prazeroso conceder abonos, reajustes e
823 aumentos. O reajuste de 5,2% já foi concedido e ele está incorporado de forma
824 permanente nos gastos futuros da Universidade. Esse adicional do abono foi
825 profundamente discutido e analisado pelos membros da COP, com o apoio da
826 CODAGE e do Departamento Financeiro da USP, e chegamos à conclusão que se
827 utilizamos mais R\$ 85,8 milhões das reservas para conceder o abono, da forma
828 como ele foi proposto, estaremos encurtando o tempo de sobrevivência, como o
829 Conselheiro Brandini salientou. Estaremos recuando essa data limite para não
830 podermos mais pagar o décimo terceiro salário do ano de 2016. Isso significa a total
831 insolvência da Universidade, onde não teremos mais recursos para pagar quaisquer
832 contas que sejam, muito menos os vencimentos docentes e dos servidores técnicos
833 e administrativos. Assim, tecnicamente, não há como a COP ser complacente com
834 esse ato de benevolência. Não temos qualquer restrição à bondade desse abono,
835 mas não podemos referendar uma decisão de concedê-lo, sob pena de perdemos,
836 no ano de 2016, a tão sonhada autonomia financeira que a Universidade conquistou.
837 Essa é a preocupação que, como membro e Presidente da COP, gostaria de trazer
838 aos demais colegas Conselheiros. **M Reitor**: “Passaremos à votação, pois já estão
839 postos os argumentos que, essencialmente, apontam primeiro para um aspecto
840 relacionado com situação econômica e financeira da USP que é grave; segundo,
841 para a justiça da demanda por reajustes salarial, tanto de docente com de
842 servidores; e, terceiro, para um tópico que não discutimos longamente e não cabia
843 discutirmos nesse momento, mas que precisará ser retomado, que é a questão da
844 isonomia, que foi desrespeitada e que continua a ser desrespeitada e que, de forma
845 alguma, a concessão ou não do abono não modificará. A quebra da isonomia já
846 ocorreu e teremos que estudar, futuramente, como vamos nos colocar em relação a
847 isso, embora seja um argumento relevante, ele não é agora, no momento da
848 votação. A votação deve ser feita, como sempre, por cada conselheiro com a
849 absoluta liberdade de decidir por aquilo que ele ou ela estão convencidos e que é o
850 melhor para a Universidade, neste momento. Nem votar a favor do parecer, significa

851 rejeitar o reajuste ou votar contrariamente ao parecer significa aceitar o reajuste;
852 nenhuma nem outra posição vai eximir nenhum de nós de tratar, a partir desse
853 momento, a questão do equilíbrio financeiro da Universidade sempre. Porque, não
854 se iludam, a isto - e só a isto - está ligada a autonomia da Universidade, como ela
855 está sendo exercida nestes últimos 25 anos. Não se esqueçam de que se perdemos
856 essa capacidade de pagarmos salários, se perdemos a capacidade de fazer frente
857 aos nossos compromissos financeiros e, principalmente, se perdemos a capacidade
858 de fazer frente às necessidades financeiras da Universidade para exercer suas
859 atividades fins de ensino, pesquisa e assistência, perdemos nossa autonomia. E
860 considerem sempre quando e onde haverá boa vontade e interesse para manter
861 essa autonomia. Não esqueçam que essa autonomia tem mais inimigos - talvez
862 inimigos seja uma palavra pesada, mas tem mais oposição e mais restrição - do que
863 pareçam a cada um de nós aqui. Nós, certamente, temos numerosas diferenças de
864 opinião, numerosas diferenças daquilo que entendemos como modelo de
865 universidade e não poderia ser diferente, caso contrário, esse Conselho não seria
866 representativo da Universidade. Ele é representativo exatamente porque aqui estão
867 e vão permanecer ideias e opiniões muito conflitantes. Mas tenho a impressão que
868 há uma noção que nos une, que é o benefício da autonomia universitária, exercida
869 na sua plenitude e que não existe nas outras universidades, essa autonomia nos
870 trouxe para a Universidade de São Paulo. Portanto, precisamos ficar alertas para ver
871 como vamos defender essa autonomia e, nem sempre aquilo que reluz é ouro. Em
872 resumo, votem a favor, votem contrariamente ao parecer, mas nenhuma nem outra
873 posição vai nos eximir de continuarmos por muito tempo aqui trabalhando para o
874 reequilíbrio financeiro da Universidade de São Paulo e para fazer com que ela possa
875 voltar a aplicar recursos para que o professor estrangeiro possa nos visitar, mas,
876 também, para que os nossos alunos possam ir fazer estágios no exterior, para que
877 possamos manter a moradia e alimentação de estudantes, principalmente, daqueles
878 que estão aumentando progressivamente com o aumento da inclusão na
879 Universidade de São Paulo e cada vez mais precisamos aplicar recursos nisso. Uma
880 posição ou outra não nos vai eximir disso, todos nós teremos, ao sair daqui, que
881 continuar trabalhando neste aspecto. Portanto, votem de acordo com suas
882 consciências, para aquilo que acharem que é o melhor agora para a USP. O que
883 está em votação é o parecer da COP, os que estiverem favoráveis ao parecer da
884 COP, que recomenda que não se conceda o abono votem sim. Votar 'sim', não é

885 votar a favor do abono, é votar a favor do parecer da COP que recomenda que não
886 conceda o abono; quem votar 'não' vota contra o parecer da COP e a negativa da
887 negativa é o abono. Portanto, quem é a favor do abono vota 'não' e quem é contra o
888 abono vota 'sim'. Ato seguinte, o **M. Reitor** coloca em votação o parecer da COP.
889 **Votação:** Pelo painel eletrônico obtém-se o seguinte resultado: Sim= 33 (trinta e
890 três) votos; Não = 64 (sessenta e quatro); Abstencões= 2 (dois); Total de votantes =
891 99 (noventa e nove). Aprovada a concessão do abono. **M. Reitor:** "O parecer foi
892 rejeitado. Isso significa que o abono de 28,6% será oferecido aos servidores
893 docentes e técnicos administrativos. Espero que isso seja o caminho para
894 encerrarmos a greve. Confio que os representantes dos servidores, dos estudantes
895 e que os representantes de categorias que aqui estão trabalhem juntos aos seus
896 respectivos representados, para encerrarmos esse movimento e começarmos a
897 tratar daquilo que a Universidade precisa. Isto é uma clara manifestação do
898 Conselho Universitário de que, mesmo diante das dificuldades financeiras, coloca a
899 questão política de resolver a greve na frente de qualquer outra. Nada mais havendo
900 a tratar, o Senhor  Presidente da por encerrada a reunião, às 17h10. Do que, para
901 constar, eu, _____, Prof. Dr. Ignacio Maria Poveda Velasco,
902 Secretário Geral, lavrei e solicitei que fosse digitada esta Ata, que será examinada
903 pelos Senhores Conselheiros presentes à sessão em que for discutida e aprovada, e
904 por mim assinada. São Paulo, 16 de setembro de 2014.